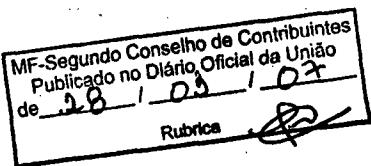




Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13016.000478/2001-00  
Recurso nº : 135.090  
Acórdão nº : 204-01.873



2º CC-MF

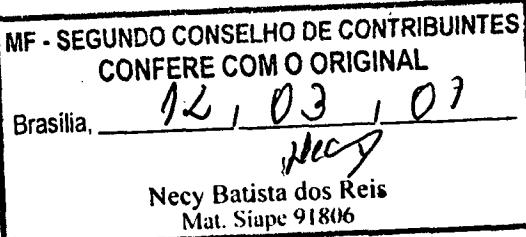
Fl.

Recorrente : MÓVEIS BENTEC LTDA.  
Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

**NORMAS PROCESSUAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO.**  
PRESCRIÇÃO. O *dies a quo* para contagem do prazo prescricional de repetição de indébito é o da data de extinção do crédito tributário pelo pagamento antecipado e o termo final é o dia em que se completa o quinquênio legal, contado a partir daquela data.

**PIS. RESTITUIÇÃO.** A partir de 1º de março de 1996, passou a viger com eficácia plena as modificações introduzidas na legislação do PIS pela Medida Provisória nº 1212/96 e suas reedições.

**Recurso negado.**



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MÓVEIS BENTEC LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres

Presidente

*Nayra Bastos Manatta*  
Nayra Bastos Manatta

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Júlio César Alves Ramos e Rodrigo Bernardes de Carvalho.

Ausentes os Conselheiros Leonardo Siade Manzan e Mauro Wasilewski (Suplente).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13016.000478/2001-00  
Recurso nº : 135.090  
Acórdão nº : 204-01.873

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12/03/07

*Necy*  
Necy Batista dos Reis  
Mat. Siapc 91806

2º CC-MF  
FL

Recorrente : MÓVEIS BENTEC LTDA.

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de restituição formulado em 25/10/01, relativo aos períodos de apuração de março/96 a outubro/98 por entender a contribuinte que inexistiu fato gerador do PIS desde a edição da Medida Provisória nº 1212/95 até a edição da Lei nº 9715/98, em virtude da declaração de constitucionalidade do art. 18 da Lei nº 9715/98.

A DRF de origem indeferiu o pedido por considerar decaído o direito de pleitear a restituição em relação aos fatos geradores ocorridos até 25/10/96 e, em relação aos demais por considerar a inexistência de direito creditório.

A contribuinte apresenta manifestação de inconformidade argüindo:

– a retroatividade do fato gerador do PIS à 01/10/1995, prevista no artigo 18 da Lei nº 9.715/98, foi considerada inconstitucional em decisão unânime proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1417-0, tornando, portanto, inexistente o fato gerador da aludida contribuição no período de março/96 até a publicação da Lei nº 9.715/98;

– é ato nulo, destituído de qualquer eficácia jurídica, o recolhimento de valores no período em que foram aplicadas as normas declaradas inconstitucionais, conforme jurisprudência do STF;

– o mesmo se aplica para os débitos do PIS não realizados no período de março/96 a outubro/98, que devem ser baixados, pois se um tributo não possui fato gerador, não pode ser constituído nem cobrado o crédito tributário;

– o prazo para pleitear restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação é de dez anos contados da ocorrência do fato gerador..

A DRJ em Porto Alegre - RS indeferiu a solicitação da contribuinte com base nos mesmos argumentos da DRF de origem.

A contribuinte apresentou recurso voluntário argüindo em sua defesa as mesmas razões da inicial.

É o relatório.

*RSY/H*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13016.000478/2001-00  
Recurso nº : 135.090  
Acórdão nº : 204-01.873

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	12 / 03 / 07
Necy	
Necy Batista dos Reis	
Mat. Siape 91806	

2º CC-MF  
Fl.

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
NAYRA BASTOS MANATTA

Primeiramente há de ser analisada a questão da prescrição, que, no caso presente, atinge os recolhimentos efetuados antes de 25/10/96.

A propósito, essa questão da prescrição foi muito bem enfrentada pelo Conselheiro Henrique Pinheiro Torres, no voto proferido quando do julgamento do Recurso Voluntário nº 129.109, no qual baseio-me para retirar as razões acerca da contagem de prazo prescricional.

*O direito a repetição de indébito é assegurado aos contribuintes no artigo 165 do Código Tributário Nacional - CTN. Todavia, como todo e qualquer direito esse também tem prazo para ser exercido, in casu, 05 anos contados nos termos do artigo 168 do CTN, da seguinte forma:*

*I. da data de extinção do crédito tributário nas hipóteses:*

*de cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;*

*de erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;*

*II. da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória nas hipóteses:*

*a) de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.*

Como visto, duas são as datas que servem de marco inicial para contagem do prazo extintivo do direito de repetir o indébito, a de extinção do crédito tributário e a do trânsito em julgado de decisão administrativa ou judicial. Nos casos em que houvesse resolução do Senado suspendendo a execução de lei declarada inconstitucional em controle difuso pelo STF, a jurisprudência dominante nos Conselhos de Contribuintes e, também, na Câmara Superior de Recursos Fiscais é no sentido de que o prazo para repetição de eventual indébito contava-se a partir da publicação do ato senatorial. Especificamente, para a hipótese de restituição de pagamentos efetuados a maior por força dos inconstitucionais Decretos-Leis 2.445/1988 e 2.449/1988, o marco inicial da contagem da prescrição, consoante a jurisprudência destes colegiados, é 10 de outubro de 1995, data de publicação da Resolução 49 do Senado da República. Entretanto, com a edição da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, cujo artigo 3º deu interpretação autêntica ao artigo 168, inciso I do Código Tributário Nacional, estabelecendo que a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o art. 150, § 1º da Lei 5.172/1966, o único entendimento possível é o trazido na novel Lei Complementar.

NB/

NB/



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13016.000478/2001-00  
Recurso nº : 135.090  
Acórdão nº : 204-01.873

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12/03/07

*Necy*  
Necy Batista dos Reis  
Mat. Siape 91806

2º CC-MF  
Fl.

*Esclareça-se, por oportuno, que em se tratando de norma expressamente interpretativa, deve ser obrigatoriamente aplicada aos casos não definitivamente julgados, por força do disposto no art. 106, I, do CTN.*

Assim sendo, no caso em análise, quanto o pedido de repetição do indébito foi formulado (25/10/01) o direito de a contribuinte formular tal pleito relativo aos pagamentos efetuados até 25/10/96 já se encontra prescrito por haver transcorrido mais de cinco anos da data do pagamento.

Do exame dos autos, constata-se que a questão do litígio versa sobre pedido de restituição e ou compensação da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS referente ao período compreendido entre março/96 a outubro/98, bem como a baixa dos débitos originários do não recolhimento da contribuição no referido período. Para justificar sua pretensão a reclamante argumenta que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o dispositivo (art. 18) que determinava a aplicação da Medida Provisória 1212/95 aos fatos geradores ocorridos a partir de 01/10/1995. Com isso, teria passado a inexistir fato gerador do PIS entre os períodos de apuração de março/96 a 1º de novembro de 1998.

A matéria objeto do presente litígio foi enfrentada de forma brilhante pelo ilustre Conselheiro e Presidente Henrique Pinheiro Torres, quando do julgamento, proferido nesta sessão, do Recurso Voluntário nº 122.792. Adoto, pois, integralmente, na parte coincidente com a matéria aqui tratada, as razões apresentadas naquele voto, que a seguir transcrevo.

*A meu sentir, a tese de defesa não merece ser acolhida, pois, como se pode verificar do inteiro teor do voto do relator da ADIN, Ministro Octávio Gallotti, a inconstitucionalidade reconhecida pelo STF restringiu-se, tão-somente, à parte final do artigo 18 da Lei 9.715/1998, sendo que os demais dispositivos da Lei foram mantidos integralmente. Esse artigo correspondia ao art. 15 da Medida Provisória nº 1.212/1995, publicada em 29 de novembro de 1995, que já trazia a expressão “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995”. E a única mácula encontrada na lei, que resultou da conversão dessa medida provisória e de suas reedições, foi justamente essa expressão que feriu o princípio da irretroatividade da lei, haja vista que a Medida Provisória fora editada em 29 de novembro daquele ano e os seus efeitos retroagiam a 1º de outubro do mesmo ano. Assim, decidiu por bem o Guardião da Constituição suspender, já em sede de liminar, a parte final do artigo 17 da Medida Provisória nº 1.325/1996, que correspondia à parte final do artigo 15 da MP 1.212/1995 e que deu origem ao artigo 18 da Lei 9.715/1998. Com isso, o artigo 17 da MP 1.325/1995 passou a vigor com a seguinte redação: Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Como essa MP representa a reedição da MP 1.212/1995, o artigo desta correspondente ao art. 17 da MP 1.305/1996, também passou a vigor com a mesma redação acima transcrita. Em outras palavras, com a declaração de inconstitucionalidade da expressão “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” a MP 1.212/1995, suas reedições e a Lei 9.715/1998 passaram também a vigor na data de sua publicação.*

*Por outro lado, a Medida Provisória 1.212/1995, reeditada inúmeras vezes, teve a última de suas reedições convertida em lei, o que tornou definitiva a vigência, com eficácia ex tunc sem solução de continuidade, desde a primeira publicação, in casu, desde 29 de novembro de 1995, preservada a identidade originária de seu conteúdo normativo. Em*

*H* *PDY* 4



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13016.000478/2001-00  
Recurso nº : 135.090  
Acórdão nº : 204-01.873

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 16/03/07  
Necy  
Necy Batista dos Reis  
Mat. Siape 91806

2º CC-MF  
Fl.

resumo, o conteúdo normativo da Medida Provisória 1.212/1995 passou a vigor a partir de 1º de março de 1996.

Diante disso, é de se reconhecer a total improcedência da tese de defesa, segundo a qual, no período compreendido entre "março/96 a novembro de 1998 inexistiu fato gerador da contribuição para o PIS.

"Por oportuno, registro aqui o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, expedido no julgamento do RE 168.421-6, rel. Min. Marco Aurélio, que versava sobre questão semelhante a aqui discutida.

(..) uma vez convertida a medida provisória em lei, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Carta Política da República, conta-se a partir da veiculação da primeira o período de noventa dias de que cogita o § 6º do art. 195, também da Constituição Federal. A circunstância de a lei de conversão haver sido publicada após os trinta dias não prejudica a contagem, considerado como termo inicial a data em que divulgada a medida provisória.

Por fim, cabe reforçar que, com a declaração de inconstitucionalidade da parte final do artigo 18 da Lei nº 9.715/1998, que suprimia a anterioridade nonagesimal da contribuição, as alterações introduzidas na Contribuição para o PIS pela MP nº 1.212/1995 passaram a surtir efeitos a partir de março de 1996.

Desta forma o pedido da recorrente torna-se improcedente haja vista a inexistência de direito creditório a ser restituído.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2006.

NAYRA BASTOS MANATTA

<sup>1</sup> Informativo do STF nº 104, p. 4.